

## State of Africa's Infrastructure Report 2026

### *The Africa We Build: From Capital to Systems – Deploying Infrastructure for Industrialisation, Integration, and Resilience*

#### 1. Enquadramento Geral

O *State of Africa's Infrastructure Report 2026* foi elaborado pela *Africa Finance Corporation (AFC)*, instituição financeira multilateral africana especializada em investimento em infraestrutura e desenvolvimento industrial. O relatório parte de uma constatação com profundas implicações estratégicas: África tem vindo a acumular capital, recursos naturais e procura interna, mas continua a revelar dificuldades em transformar esses ativos em capacidade produtiva, emprego qualificado e integração económica. O documento desloca, assim, o foco da análise da mera existência de infraestruturas para a forma como estas funcionam de forma integrada.

A tese central é que a infraestrutura deve ser entendida como um sistema económico e não como um conjunto de ativos isolados. Portos, estradas, caminhos de ferro, redes elétricas, plataformas logísticas e unidades industriais só geram verdadeiro impacto quando estão articulados entre si e ligados a mercados, financiamento e políticas públicas coerentes. A ausência dessa articulação ajuda a explicar por que razão muitos investimentos não se traduziram ainda em industrialização sustentada ou maior resiliência económica.

O relatório associa o tema das infraestruturas a três objetivos estruturantes: industrialização, integração regional e resiliência. A infraestrutura deixa, assim, de ser apresentada apenas como suporte físico ao crescimento e passa a ser entendida como instrumento de política económica, capaz de reduzir dependências externas, reter valor acrescentado no continente e transformar recursos naturais em cadeias produtivas regionais.

Num contexto internacional marcado por instabilidade energética, volatilidade financeira, tensões comerciais e fragilidade das cadeias globais de abastecimento, o relatório sustenta que a fragmentação dos sistemas africanos amplifica vulnerabilidades e reduz a capacidade de resposta a choques externos.

#### 2. Capital: da disponibilidade financeira à intermediação produtiva

Uma das principais conclusões do relatório é que África já não pode ser analisada apenas como um continente com défice de capital. A AFC estima que o continente dispõe de uma base doméstica superior a 4 biliões de dólares, considerando bancos, fundos de pensões, seguradoras, bancos de desenvolvimento, fundos soberanos e reservas cambiais. Esta escala altera a natureza do problema: o desafio deixa de ser apenas mobilizar recursos e passa a ser estruturá-los e direcioná-los para investimento produtivo.

O relatório mostra igualmente que o financiamento externo se tornou menos fiável. A ajuda pública ao desenvolvimento tem vindo a recuar, o crédito bilateral perdeu dinamismo e o acesso aos mercados internacionais de dívida tornou-se mais caro e condicionado pelo risco soberano. Esta evolução reforça a necessidade de um modelo de desenvolvimento mais assente em capital doméstico africano, com o capital externo a assumir uma função complementar.

Contudo, a existência de poupança doméstica não é suficiente. A AFC sublinha que grande parte dos ativos institucionais continua concentrada em instrumentos de curto prazo e dívida pública, limitando a canalização de capital para infraestrutura, energia, logística e indústria. O resultado é um paradoxo estrutural: existe capital disponível, mas insuficiente investimento transformador.

O problema africano é apresentado como sendo sobretudo institucional e financeiro: não tanto a ausência de capital, mas a insuficiência de estruturas de intermediação capazes de transformar poupança em oportunidades de investimento estruturadas, com maturidades adequadas, mitigação de risco e retornos compatíveis. Daí a relevância atribuída a mecanismos de garantia, *credit enhancement*, *blended finance*, plataformas regionais de investimento e modelos de parceria público-privada (PPP).

A AFC identifica ainda mercados com maior potencial de intermediação institucional, como Nigéria, Quênia, Namíbia, Botsuana, Gana e Tanzânia, onde a combinação entre fundos de pensões, seguros e experiência em PPP poderá criar condições para escalar investimento de longo prazo.

### 3. O risco da concentração em dívida pública

A análise da alocação de ativos institucionais revela uma vulnerabilidade adicional: a forte concentração em dívida soberana cria uma relação de dependência entre Estados, bancos e investidores institucionais. Por um lado, os governos dependem dos mercados domésticos para financiar défices e rolar dívida. Por outro, bancos, fundos de pensões e seguradoras tendem a concentrar os seus ativos em dívida soberana, beneficiando da sua liquidez, previsibilidade regulatória e menor exposição a riscos de execução.

Este equilíbrio pode revelar-se funcional no curto prazo, mas tende a tornar-se ineficiente e estruturalmente vulnerável no médio prazo. Quando a dívida pública absorve uma parte crescente das carteiras, reduz-se o espaço para financiamento da economia produtiva. Além disso, em períodos de stress fiscal, a deterioração do risco soberano transmite-se ao sistema financeiro, comprimindo crédito e investimento privado. O relatório interpreta esta situação como um obstáculo estrutural à transformação económica.

A diversificação para ativos de infraestrutura e economia real deve, por isso, ser entendida não apenas como uma ambição de desenvolvimento, mas também como uma estratégia de mitigação de risco sistémico. Infraestruturas bem estruturadas podem oferecer fluxos de caixa estáveis, de longo prazo e frequentemente indexados à inflação, ajustando-se melhor ao perfil de responsabilidades de fundos de pensões e seguradoras.

Neste ponto, a recomendação implícita do relatório é clara: os investidores institucionais africanos precisam de instrumentos que reduzam o risco percebido dos projetos, aumentem a previsibilidade dos retornos e permitam participação em escala. Sem esta arquitetura, a poupança doméstica continuará predominantemente concentrada no sistema financeiro, com reduzido impacto na capacidade produtiva.

#### 4. Transportes e logística: dos ativos aos corredores económicos

O relatório sustenta que a competitividade logística africana dependerá menos da quantidade de infraestrutura construída e mais da integração operacional dos corredores regionais. Embora a AFC reconheça avanços em portos, caminhos de ferro e redes rodoviárias, sublinha que a fragmentação regulatória, a reduzida coordenação transfronteiriça e os défices de interoperabilidade continuam a limitar o impacto económico dos investimentos realizados.

A análise dos principais corredores africanos mostra que muitos bloqueios resultam não apenas da falta de infraestrutura física, mas também de falhas de gestão fronteiriça, duplicação administrativa, descontinuidade ferroviária, lacunas rodoviárias e ausência de entidades de coordenação com capacidade executiva. Estes fatores são apresentados como formas de infraestrutura institucional, essenciais para o funcionamento eficiente dos corredores económicos.

A AFC considera que a Área Continental Africana de Comércio Livre (AfCFTA) poderá constituir o principal catalisador da integração económica africana nas próximas décadas. Ainda assim, alerta que a liberalização comercial será insuficiente sem investimentos coordenados em logística, energia, conectividade regional e facilitação de comércio.

A aviação intra-africana é igualmente apresentada como uma alavanca de integração mais imediata do que grandes corredores ferroviários ou rodoviários. O relatório destaca o potencial do *Single African Air Transport Market*, sobretudo para turismo, bens perecíveis, produtos farmacêuticos, comércio eletrónico e mercadorias de elevado valor acrescentado, reforçando o papel da aviação enquanto infraestrutura logística e económica.

#### 5. Energia: capacidade instalada não é suficiente

No domínio energético, África continua a necessitar de mais produção elétrica, mas a AFC sublinha que a expansão da geração será insuficiente sem investimentos em transmissão, distribuição, armazenamento, integração regional e fiabilidade operacional. A vulnerabilidade energética africana é apresentada como sistémica e estrutural. Apesar da relevância do continente na produção de petróleo e gás, muitas economias continuam fortemente dependentes da importação de combustíveis refinados, ficando expostas a choques de preço, pressão cambial e inflação importada. A fragilidade abrange, assim, não apenas o setor elétrico, mas também refinação, armazenamento, transporte e distribuição.

O relatório identifica oportunidades de curto e médio prazo, destacando a reabilitação de ativos hidroelétricos existentes e a expansão das redes de transmissão como formas de recuperar capacidade subutilizada, integrar excedentes regionais e apoiar projetos industriais. A participação privada em transmissão e distribuição é igualmente apresentada como uma nova fronteira de investimento, sobretudo em corredores urbanos e industriais com procura concentrada, reduzindo a pressão sobre finanças públicas e *utilities* nacionais.

O relatório valoriza ainda os sistemas regionais de interligação elétrica, em especial na África Austral e Oriental, considerando que a integração dos mercados energéticos poderá permitir a partilha de excedentes entre países, reduzindo custos, aumentando a fiabilidade do abastecimento e reforçando o papel da energia enquanto infraestrutura regional de competitividade económica.

## 6. Industrialização e valor acrescentado: a infraestrutura como instrumento de retenção de valor

A análise da industrialização constitui uma das partes mais estratégicas do relatório. A AFC argumenta que África continua a exportar matérias-primas e a importar produtos transformados, perdendo valor acrescentado, emprego e capacidade tecnológica. Na prática, o continente exporta potencial industrial e importa valor acrescentado incorporado em bens finais. O relatório quantifica esta vulnerabilidade através de uma fatura anual de importações de bens essenciais superior a 230 mil milhões de dólares, abrangendo combustíveis, alimentos, fertilizantes, aço e outros produtos industriais. Muitos destes bens resultam da transformação de recursos existentes no próprio continente, mas processados externamente, perpetuando a dependência externa e a exposição a choques globais.

A AFC identifica setores onde a articulação entre recursos, infraestrutura, energia e política industrial poderá gerar escala, destacando cimento, fertilizantes, refinação, aço, alumínio e transformação mineral. O cimento é apresentado como exemplo de transição bem-sucedida de dependência externa para produção regional mais autónoma. Nos fertilizantes, a combinação entre gás natural, fosfatos e procura agrícola poderá suportar plataformas regionais competitivas. Na refinação, novos projetos poderão reduzir a dependência de combustíveis importados. Já nos metais e minerais, os principais bloqueios continuam associados a energia cara ou instável, logística insuficiente e ausência de ecossistemas industriais integrados.

A principal conclusão estratégica é que a industrialização africana dificilmente será competitiva apenas à escala nacional. Muitas cadeias de valor exigem integração regional de recursos, energia, transporte e mercados, devendo a infraestrutura ser concebida como base de ecossistemas produtivos regionais e não apenas como obra isolada.

## 7. Infraestrutura digital: da conectividade à produtividade

O relatório também reposiciona a infraestrutura digital. A AFC reconhece os avanços na expansão de fibra ótica, cabos submarinos, *data centers* e redes móveis, mas considera que a conectividade física já não é o principal indicador de transformação digital. O desafio passa a ser converter infraestrutura digital em produtividade empresarial, formalização económica e criação de valor.

O conceito de *missing middle* é central nesta análise. Entre a infraestrutura física e o utilizador final faltam plataformas, serviços digitais, sistemas de pagamento interoperáveis, competências, soluções *cloud* e aplicações empresariais. Sem esta camada intermédia, a infraestrutura permanece subutilizada e os ganhos económicos limitados.

A digitalização é apresentada como instrumento de produtividade para PME e economia informal, permitindo melhorar acesso a mercados, pagamentos, crédito, logística e formalização. Assim, a infraestrutura digital é entendida como política económica e não apenas como agenda tecnológica.

O relatório conclui que os maiores retornos virão de ecossistemas digitais completos, combinando conectividade, plataformas, competências e inovação. Esta abordagem reforça a tese central do documento: ativos isolados geram impacto limitado; sistemas integrados geram transformação.

## 8. Implicações estratégicas e institucionais

Para entidades com interesse em infraestrutura, construção, investimento ou internacionalização, o relatório oferece três leituras principais.

A primeira é que África representa uma oportunidade estrutural de investimento, mas essa oportunidade exige capacidade de estruturação, mitigação de risco e conhecimento dos mercados locais. A existência de défices infraestruturais, por si só, não garante projetos bancáveis.

A segunda é que a procura futura tenderá a concentrar-se em soluções integradas: corredores logísticos, plataformas industriais, energia para clusters produtivos, redes de transmissão, armazenamento e digitalização de cadeias de abastecimento. Isto favorece operadores capazes de combinar engenharia, financiamento, estruturação e operação, articulando requisitos públicos e privados.

A terceira leitura é que o desenvolvimento africano dependerá crescentemente de coordenação regional. Muitos projetos ultrapassam fronteiras nacionais e exigem articulação entre governos, bancos multilaterais, investidores institucionais, utilities, operadores logísticos e indústria.

Neste contexto, o relatório deve ser lido menos como um inventário de carências e mais como uma agenda de transformação económica. A questão central não é apenas que infraestruturas faltam, mas que sistemas devem ser construídos para integrar capital, energia, transporte, recursos e indústria.

## 9. Conclusão

O *State of Africa's Infrastructure Report 2026* conclui que África encontra-se perante uma oportunidade estrutural com forte relevância estratégica, mas temporalmente limitada. A combinação de capital doméstico, crescimento demográfico, recursos naturais e procura interna pode sustentar um novo ciclo de industrialização e integração regional. Contudo, o aproveitamento dessa oportunidade dependerá da capacidade de execução, coordenação regional e criação de sistemas integrados.

A principal conclusão do relatório é que o desenvolvimento africano dependerá menos da construção isolada de infraestrutura e mais da capacidade de integração entre energia, logística, financiamento, indústria e mercados regionais. A AFC sustenta que o desafio central já não reside apenas na mobilização de capital, mas sobretudo na capacidade de transformar recursos financeiros e naturais em sistemas produtivos articulados, capazes de gerar valor acrescentado, emprego qualificado e maior resiliência económica.